



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO
BRASILEIRA (UNILAB)
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS (ICSA)
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

SÂMIA SILVESTRE PORTELA

**ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE OS NÍVEIS DE ESCOLARIDADE E EMPREGO
FORMAL NO MACIÇO DE BATURITÉ (CE) ENTRE 2015 E 2025: RECORTE DO
ÍNDICE FIRJAN DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL (IFDM) ATÉ 2023.**

ACARAPE - CE

2026

SÂMIA SILVESTRE PORTELA

**ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE OS NÍVEIS DE ESCOLARIDADE E EMPREGO
FORMAL NO MACIÇO DE BATURITÉ (CE) ENTRE 2015 E 2025: RECORTE DO
ÍNDICE FIRJAN DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL (IFDM) ATÉ 2023.**

Monografia apresentada como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Administração Pública do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB – Campus do Ceará.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Sandra Maria Guimarães Callado.

ACARAPE - CE

2026

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira Sistema de
Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Portela, Sâmia Silvestre. P843a

Análise da relação entre os níveis de escolaridade e emprego formal no maciço de Baturité CE entre 2015 e 2025: recorte do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal IFDM até 2023 / Sâmia Silvestre Portela. - Acarape, 2026.
47f: il.

Monografia - Curso de Administração Pública, Instituto De Ciências Sociais Aplicadas, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2026.

Orientador: Sandra Maria Guimarães Callado.

1. Escolaridade. 2. Emprego formal. 3. Mercado de trabalho.
4. Maciço de Baturité. 5. Desenvolvimento socioeconômico. I.
Título

CE/UF/BSCA

CDD 379.23

SÂMIA SILVESTRE PORTELA

**ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE OS NÍVEIS DE ESCOLARIDADE E EMPREGO
FORMAL NO MACIÇO DE BATURITÉ (CE) ENTRE 2015 E 2025: RECORTE DO
ÍNDICE FIRJAN DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL (IFDM) ATÉ 2023.**

Monografia apresentada como requisito para a
obtenção do título de Bacharel em Administração
Pública do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia
Afro-Brasileira – UNILAB – Campus do Ceará.

Aprovada em: 09 /Junho/ 2026.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Sandra Maria Guimarães Callado (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof. Dr. Alexandre Oliveira Lima (Membro da Banca)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof. Dr. Eduardo Soares Parente (Membro da Banca)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos aqueles que estiveram ao meu lado ao longo da minha trajetória. Em especial, à minha família, por todo amor, apoio e incentivo durante essa caminhada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pela força, sabedoria e perseverança ao longo desta caminhada.

À Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira e ao Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, pela contribuição para minha formação acadêmica e pessoal durante a graduação.

À minha orientadora, Professora Sandra Maria Guimarães Callado, pela orientação, paciência, apoio e pelos conhecimentos compartilhados no desenvolvimento deste trabalho.

À minha mãe, por confiar em mim, por ser minha base e por todo o apoio ao longo dessa trajetória.

À minha avó, por todo o amor, carinho, cuidado e dedicação ao longo de sua vida comigo, cuja presença e lembranças permanecerão para sempre em meu coração.

Ao João, meu noivo, pelo apoio, incentivo, compreensão e companheirismo em todos os momentos desta caminhada.

Ao Sistema de Bibliotecas da Unilab (SIBIUNI), especialmente à equipe da Biblioteca Setorial do Campus dos Palmares, por todas as experiências, conhecimentos e habilidades adquiridas ao longo desse período. Agradeço também por terem tornado o meu último ano acadêmico mais leve e alegre e pelas pessoas incríveis que levarei para sempre em minha memória e coração.

Por fim, agradeço a todos que contribuíram, direta ou indiretamente, para a realização desta pesquisa.

RESUMO

A pesquisa teve início a partir da compreensão que a educação é uma das principais responsáveis pelo desenvolvimento social e econômico, influenciando nas oportunidades de inserção no mercado de trabalho formal. O objetivo geral consistiu em verificar como a escolaridade influencia no comportamento dos vínculos formais na região estudada. Metodologicamente, a pesquisa caracteriza-se como descritiva, de abordagem qualitativa, utilizando dados secundários obtidos junto ao Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) e à Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN). Os resultados mostraram uma relativa estabilidade nos primeiros anos, seguida de crescimento mais expressivo nos anos posteriores à pandemia da COVID-19. Constatou-se também a predominância de trabalhadores com ensino médio completo durante toda a série histórica, além do crescimento significativo da participação de indivíduos com ensino superior completo, destacando uma possível valorização da qualificação profissional no mercado de trabalho formal da região. Também foram identificadas diferenças significativas entre os municípios analisados, destacando possíveis desigualdades estruturais relacionadas ao dinamismo econômico, à diversificação produtiva e aos níveis de desenvolvimento socioeconômico. Além disso, municípios com maiores indicadores de desenvolvimento apresentaram maior concentração de empregos formais e melhores condições de inserção ocupacional. Portanto, conclui-se que a escolaridade possui forte relação com as oportunidades de inserção e permanência no mercado de trabalho formal, ressaltando a importância da educação para o desenvolvimento local, a ampliação das oportunidades econômicas e a redução das desigualdades sociais.

Palavras-chave: Escolaridade; emprego formal; mercado de trabalho; Maciço de Baturité; desenvolvimento socioeconômico.

ABSTRACT

This research began with the understanding that education is one of the main drivers of social and economic development, influencing opportunities for entry into the formal labor market. The overall objective was to verify how schooling influences the behavior of formal employment relationships in the studied region. Methodologically, the research is characterized as descriptive, with a qualitative approach, using secondary data obtained from the Institute of Economic Research and Strategy of Ceará (IPECE) and the Federation of Industries of the State of Rio de Janeiro (FIRJAN). The results showed relative stability in the first years, followed by more significant growth in the years after the COVID-19 pandemic. The study also found a predominance of workers with completed secondary education throughout the historical series, as well as a significant increase in the participation of individuals with completed higher education, highlighting a possible appreciation of professional qualifications in the region's formal labor market. Significant differences were also identified between the analyzed municipalities, highlighting possible structural inequalities related to economic dynamism, productive diversification, and levels of socioeconomic development. Furthermore, municipalities with higher development indicators showed a greater concentration of formal jobs and better conditions for occupational integration. Therefore, it can be concluded that schooling has a strong relationship with opportunities for entry and retention in the formal labor market, highlighting the importance of education for local development, the expansion of economic opportunities, and the reduction of social inequalities.

Keywords: Education; formal employment; labor market; Baturité Massif; socioeconomic development.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ANA	Analfabeto
CE	Ceará
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
COVID-19	Coronavirus Disease 2019
DOC	Doutorado Completo
EF1C	Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano Completo
EF1I	Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano Incompleto
EF2C	Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano Completo
EF2I	Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano Incompleto
EMC	Ensino Médio Completo
EMI	Ensino Médio Incompleto
ESC	Ensino Superior Completo
ESI	Ensino Superior Incompleto
FIRJAN	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICSA	Instituto de Ciências Sociais Aplicadas
IFDM	Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
MEC	Mestrado Completo
PDITS	Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
SEPLAG	Secretaria do Planejamento e Gestão
SETUR	Secretaria do Turismo
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Classificação do Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM).....28

Quadro 2 - Classificação e codificação dos níveis de escolaridade utilizados na pesquisa.....29

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa dos municípios que compõem o Maciço de Baturité, no estado do Ceará.....30

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Variáveis da pesquisa e sua relação com os objetivos específicos do estudo.....	31
Tabela 2 - Ranking dos municípios do Maciço de Baturité segundo o IFDM Emprego e Renda (2014–2023).....	41

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução dos empregos formais no Maciço de Baturité (2015-2025).....	32
Gráfico 2 - Distribuição dos empregos formais por município no Maciço de Baturité (2015–2025).....	34
Gráfico 3 - Evolução do perfil educacional dos trabalhadores formais no Maciço de Baturité (2015-2025).....	36
Gráfico 4 - Evolução dos trabalhadores formais com baixa escolaridade no Maciço de Baturité (2015-2025).....	37
Gráfico 5 - Evolução dos trabalhos formais dos níveis de escolaridades mestrado e doutorado (2015-2025).....	39

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICOS	16
1.2 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO	17
2 REFERENCIAL TEÓRICO	17
2.1 História e Modernização do Emprego Formal no Brasil: Da Consolidação da CLT às Novas Modalidades de Trabalho	18
2.2 Emprego Formal e Informal no Brasil: Desafios, Tendências e Proteção Trabalhista	21
2.2.1 Níveis de escolaridade e inserção no mercado de trabalho: Relação entre educação e oportunidades formais	22
2.2.2 Impactos da escolaridade sobre a empregabilidade e os salários: evidências sobre o retorno educacional no mercado formal	23
2.3 Capital humano	24
3 METODOLOGIA	26
3.1 Coleta e organização de dados	26
3.2 Área geográfica do estudo	29
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	31
4.1 Análise da evolução de empregos formais na região do Maciço de Baturité	32
4.2 Análise da comparação das variações no perfil educacional dos trabalhadores formais	35
4.3 Análise da relação do trabalho formal e IFDM	40
4.4 Limitações do estudo e sugestões para pesquisas futuras	43

5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES FINAIS.....	44
REFERÊNCIAS.....	46

1 INTRODUÇÃO

A educação possui um papel importante na transformação da sociedade, sendo essencial para o desenvolvimento individual, social e econômico. Por meio dela, é possível promover impactos positivos que vão desde a formação do caráter e da cidadania até a ampliação de oportunidades, redução de desigualdades e estímulo ao crescimento econômico. À vista disso, evidencia-se a relevância da educação como um elemento central para o progresso social, devendo ser valorizada e incentivada em todas as etapas da vida.

Para que um indivíduo se torne um cidadão consciente, é necessário que desde seus primeiros anos de vida ele seja norteado por valores, crenças e critérios éticos que serão essenciais para seu desenvolvimento e comportamento no meio em que vive, compartilhando seus aprendizados e boas práticas de vida para a sociedade e seu desenvolvimento. Portanto, a educação constitui um processo voltado ao desenvolvimento das capacidades humanas e à integração social dos indivíduos (COSTA JÚNIOR, 2023).

O nível de escolaridade, índice que mede a educação, configura-se como um importante indicador de conhecimento, além de influenciar diretamente a formação do caráter, dos valores e do senso crítico dos indivíduos, elementos que orientam suas escolhas e comportamentos ao longo da vida.

Logo, à medida que os indivíduos se desenvolvem por meio da educação, passam a compreender de forma mais ampla as normas que regem seus direitos e deveres como cidadãos, tornando-se mais conscientes e críticos em relação ao seu papel na sociedade. Dessa forma, o processo educacional contribui diretamente para a formação de indivíduos mais participativos e atuantes no meio social.

Além de sua relevância na formação social e política, a educação também amplia suas possibilidades de inserção e escolha no mercado de trabalho, sendo, portanto, relevante para seu crescimento e desenvolvimento econômico. O impacto da educação apresenta uma relação positiva na economia, uma vez que o acesso à educação contribui para o desenvolvimento econômico dos indivíduos e, conseqüentemente, favorece o desenvolvimento socioeconômico de regiões e países (TEIXEIRA; PEREIRA, s.d.).

Desse modo, pessoas que dispõem de um nível de formação educacional mais alto tendem a ter mais facilidade em conseguir um emprego formal. Em contrapartida, quanto menor for o nível escolar de um indivíduo, menor será sua possibilidade e oportunidade de escolha, portanto maior será sua dificuldade em se manter em um mercado de trabalho

competitivo que exige cada dia mais pessoas com elevada produtividade e escolaridade. Com isso, o mercado de trabalho informal aumenta cada dia mais.

Além disso, trabalhadores inseridos no mercado formal possuem maior acesso a direitos e garantias trabalhistas, diferentemente daqueles que exercem atividades no setor informal. A ausência desses benefícios pode impactar negativamente a qualidade de vida desses trabalhadores, gerando consequências tanto para sua saúde financeira quanto para seu bem-estar psicológico.

Entre os principais desafios enfrentados pelos trabalhadores informais destaca-se a instabilidade de renda, uma vez que seus ganhos frequentemente dependem de demandas ocasionais e incertas. Essa condição contribui para o aumento da vulnerabilidade social e dificulta o atendimento das necessidades básicas. Outro aspecto relevante é a dificuldade de acesso ao crédito, o que limita as possibilidades de investimento e mobilidade econômica, reforçando, assim, o ciclo da pobreza.

À vista disso, torna-se evidente a importância de investigar o impacto dos níveis educacionais na ocupação de empregos formais. Acredita-se que indivíduos com maior escolaridade tendem a acessar vagas de melhor qualidade, o que contribui não apenas para a melhoria de suas condições de vida, mas também para o desenvolvimento social e econômico da sociedade como um todo, à medida que o progresso dos indivíduos reflete no avanço coletivo. Diante disso, surge o seguinte problema de pesquisa: qual a relação entre os níveis de escolaridade e a ocupação de empregos formais no Maciço de Baturité entre 2015 e 2025, e como essa relação se associa ao desenvolvimento socioeconômico dos municípios da região?

1.1 OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICOS

Com base nessa circunstância, o presente estudo tem como objetivo geral analisar a relação entre o nível de escolaridade e a ocupação de empregos formais na região do Maciço de Baturité, no período de 2015 a 2025, buscando compreender como os diferentes níveis educacionais estão relacionados com o comportamento do emprego formal e sua relação com o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM).

Para alcançar esse objetivo, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- i) Identificar a evolução do número de empregos formais na região do Maciço de Baturité entre 2015 e 2025;
- ii) Comparar as variações no perfil educacional dos trabalhadores formais ao longo do período analisado, destacando tendências de valorização da escolaridade no mercado

de trabalho local;

iii) Analisar a relação entre o número de vagas de trabalho formal e o IFDM, verificando possíveis associações entre desenvolvimento socioeconômico e escolarização.

1.2 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO

O nível educacional exerce influência direta sobre os tipos de empregos e oportunidades disponíveis para os indivíduos. Essa relação torna-se ainda mais relevante quando analisados contextos regionais específicos, como o Maciço de Baturité, onde as desigualdades sociais e educacionais podem impactar significativamente o acesso a empregos formais e o desenvolvimento da região. Dessa maneira, compreender de que forma a escolaridade influencia a inserção no mercado de trabalho formal revela-se fundamental.

A presente pesquisa possibilitará analisar se existem diferenças significativas na ocupação de empregos formais entre pessoas com diferentes níveis de escolaridade. Uma vez que compreender como essa relação se manifesta nos municípios que compõem a Região do Maciço de Baturité é essencial para a avaliação das características de desigualdade social presentes na região, permitindo, por meio dos resultados, a proposição de estratégias ou políticas públicas voltadas à promoção de maior equidade.

Ressalta-se que a temática abordada é ampla e, por isso, o presente estudo voltado especificamente para este contexto regional permite analisar diversos aspectos importantes relacionados à escolaridade, ao emprego formal e ao desenvolvimento socioeconômico. Além disso, os resultados podem contribuir para novos estudos, buscando compreender de forma mais aprofundada os fatores que influenciam o desenvolvimento da região e suas possíveis transformações ao longo do tempo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico deste estudo trata inicialmente da evolução do trabalho formal, visando contextualizar sobre as transformações que ocorreram durante todo o processo histórico até a regulamentação, com a criação da consolidação das leis do trabalho (CLT), e com as mudanças introduzidas pela reforma trabalhista de 2017. Além disso, discute-se sobre a relação entre escolaridade, empregabilidade e oportunidades no mercado formal, indicando possíveis efeitos da educação sobre os níveis de emprego e salário. E por

fim, é apresentado a teoria do capital humano, destacando o papel crucial da educação e da formação profissional para o progresso econômico e social.

2.1 História e Modernização do Emprego Formal no Brasil: Da Consolidação da CLT às Novas Modalidades de Trabalho.

A compreensão do emprego formal no Brasil exige uma análise histórica das transformações ocorridas nas relações de trabalho ao longo do tempo. Essas mudanças estão diretamente relacionadas aos diferentes sistemas econômicos e sociais que moldaram a organização do trabalho, bem como às políticas públicas e à criação de mecanismos de regulação trabalhista voltados à proteção do trabalhador.

A noção de trabalho passou por grandes transformações ao longo da história. Inicialmente, a escravidão constituiu uma das primeiras formas de organização do trabalho, caracterizada pelo trabalho forçado e pela ausência de direitos, em que os indivíduos eram tratados como propriedade. Na Grécia Antiga, a realização pessoal estava associada às atividades intelectuais, enquanto o trabalho manual era considerado inferior e geralmente destinado aos escravos. Já no sistema feudal, o trabalho estava ligado principalmente à subsistência, uma vez que o servo recebia proteção do senhor feudal em troca do cultivo da terra e da prestação de serviços (MARTINS, 2012).

Diante desse contexto histórico, observa-se que as formas de organização do trabalho foram gradualmente se transformando. No período da escravidão, o trabalho era compulsório e realizado sem qualquer forma de remuneração. Com o passar do tempo, em sistemas como o feudalismo, passou a existir algum tipo de retorno pelo trabalho realizado, ainda que restrito à garantia da sobrevivência. Contudo, mesmo com essas mudanças, os trabalhadores continuavam sem direitos garantidos, sobretudo no que se refere à proteção das condições de vida e de trabalho (CASTEL, 1998).

A partir do final do século XVIII ocorreram importantes transformações nas relações de trabalho. A Revolução Francesa contribuiu para a difusão dos ideais de liberdade e igualdade, influenciando na construção dos direitos sociais. Posteriormente, a Revolução Industrial intensificou mudanças na organização da produção e consolidou o trabalho assalariado nas sociedades industriais (HOBSBAWM, 2011, p. 45; 53). Entretanto, foi com a Revolução Industrial, iniciada na segunda metade do século XVIII na Inglaterra, que ocorreram transformações mais profundas na organização do trabalho, marcadas pela

expansão da produção industrial e pela consolidação do trabalho assalariado (HOBBSAWM, 2011).

Com o avanço da industrialização, surgiram novas relações entre empregadores e trabalhadores, o que impulsionou a necessidade de regulamentação das atividades laborais. Conforme destacam Silva, Nunes e Ottani (2018, p. 5), “surgem os contratos de trabalho e uma nova visão do Estado, onde o trabalhador é menos favorecido que o empregador, surgindo o direito do trabalho”. Diante desse cenário, movimentos operários, greves e organizações sindicais desempenharam papel fundamental ao pressionar o Estado por melhores condições de trabalho e pela criação de normas que garantissem direitos mínimos aos trabalhadores.

No Brasil, o processo de consolidação do emprego formal ganhou maior destaque a partir da década de 1930, período em que o Estado passou a atuar de forma mais ativa na regulação das relações de trabalho. Antes desse período, as relações laborais eram predominantemente informais e marcadas por condições precárias, com pouca ou nenhuma proteção legal aos trabalhadores (DELGADO, 2019).

Um marco importante nesse processo foi a criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), instituída em 1943, que estabeleceu uma série de direitos e regulamentações trabalhistas. De acordo com o relatório do Itaú Asset Management (2017), a CLT introduziu direitos fundamentais, como o salário mínimo, férias anuais remuneradas, indenização em caso de demissão e a obrigatoriedade do registro da relação de trabalho na carteira profissional. Essas medidas contribuíram significativamente para a formalização do trabalho e para a melhoria das condições de vida da classe trabalhadora.

Mais recentemente, outro momento marcante para o mercado de trabalho brasileiro foi a reforma trabalhista de 2017. Essa reforma foi apresentada como uma tentativa de modernizar a legislação trabalhista, estimular o crescimento econômico e reduzir os níveis de desemprego no país (DAMASCENO; BATISTA; OLIVEIRA, 2021). Entre as mudanças introduzidas, destacam-se novas modalidades de contratação, como o trabalho remoto, o trabalho intermitente e contratos temporários, que passaram a integrar de forma mais significativa a dinâmica do mercado de trabalho.

Dessa forma, observa-se que o emprego formal no Brasil resulta de um longo processo histórico marcado por transformações econômicas, sociais e institucionais. O principal desafio contemporâneo consiste em conciliar a modernização das relações de trabalho com a preservação dos direitos conquistados pelos trabalhadores, garantindo condições dignas e adequadas diante das constantes mudanças no mercado de trabalho.

Diversos estudos destacam que a Reforma Trabalhista de 2017 introduziu ou ampliou modalidades de contratação formal como o trabalho intermitente, o teletrabalho e outras formas flexíveis de prestação de serviços, que têm sido analisadas tanto quanto aos seus efeitos no emprego formal quanto às questões de proteção social e direitos trabalhistas no Brasil pós-reforma.

Essas modalidades de trabalho passaram a ganhar maior relevância no ordenamento jurídico brasileiro, especialmente após a Reforma Trabalhista promovida pela Lei nº 13.467/2017. Dentre as diversas alterações introduzidas, destaca-se a regulamentação do contrato de trabalho intermitente, definido como uma relação de emprego subordinada e onerosa, porém não contínua, na qual há alternância entre períodos de prestação de serviços e de inatividade, sem que isso implique a ruptura do vínculo empregatício (BRASIL, 2017).

Nesse modelo, o trabalhador é convocado pelo empregador para exercer suas atividades em períodos específicos, recebendo remuneração proporcional ao tempo efetivamente trabalhado, incluindo parcelas como férias proporcionais, décimo terceiro salário e repouso semanal remunerado.

Além dessa modalidade, destaca-se também o teletrabalho, que foi igualmente regulamentado e ampliado pela Reforma Trabalhista e posteriormente pela Lei nº 14.442/2022. De acordo com o artigo 75-B da CLT, o teletrabalho consiste na prestação de serviços realizada predominantemente fora das dependências do empregador, com a utilização de tecnologias de informação e comunicação, que, por sua natureza, não se constituam como trabalho externo (BRASIL, 2017). É importante ressaltar que, embora o trabalhador desempenhe suas atividades fora do espaço físico da empresa, ele permanece vinculado às diretrizes organizacionais, devendo cumprir metas, prazos e orientações estabelecidas pelo empregador.

Além dessas modalidades, existem outras formas de trabalho, como o trabalho avulso, eventual e autônomo, que se distinguem, sobretudo, pela ausência de vínculo empregatício. No trabalho autônomo, o trabalhador exerce suas atividades por conta própria, assumindo os riscos do negócio e organizando sua prestação de serviços de forma independente, sem subordinação jurídica (MARTINS, 2012; DELGADO, 2019).

Por sua vez, o trabalho eventual caracteriza-se pela prestação de serviços de forma esporádica e não habitual, sem inserção na atividade-fim do tomador de serviços. Já o trabalhador avulso, embora também não possua vínculo empregatício direto, tem seus direitos assegurados pela legislação trabalhista, sendo sua mão de obra intermediada por sindicatos ou

órgãos gestores de mão de obra, responsáveis pela organização e distribuição das atividades e dos rendimentos (MARTINS, 2012).

De forma geral, essas relações podem ser agrupadas em duas grandes categorias: trabalho formal e informal. O trabalho formal é aquele reconhecido juridicamente, com registro em carteira de trabalho e garantia de direitos trabalhistas e previdenciários. Em contrapartida, o trabalho informal ocorre sem registro legal, o que implica ausência de proteção social e maior vulnerabilidade para o trabalhador, sendo uma característica marcante do mercado de trabalho em países em desenvolvimento (BRASIL, 2024; ANTUNES, 2011).

2.2 Emprego Formal e Informal no Brasil: Desafios, Tendências e Proteção Trabalhista.

A distinção entre trabalho formal e informal, apresentada anteriormente, mostra-se fundamental para a compreensão da dinâmica do mercado de trabalho brasileiro, especialmente quando analisada sob a perspectiva do desenvolvimento socioeconômico. Nesse sentido, ao considerar que o crescimento sustentável da economia depende da oferta de empregos de qualidade e do aumento da produtividade, como destaca Cassule (2025), observa-se que a predominância de vínculos formais tende a estar associada a melhores condições de trabalho, maior proteção social e valorização da qualificação profissional.

Por outro lado, a persistência de elevados níveis de informalidade evidencia fragilidades estruturais do mercado de trabalho, com impactos diretos sobre diversos indicadores socioeconômicos. No emprego formal, os trabalhadores estão amparados pela legislação trabalhista, com registro em carteira, o que lhes garante acesso a diversos direitos, como férias remuneradas, seguro-desemprego, décimo terceiro salário e outros benefícios. Essa forma de inserção no mercado proporciona melhores condições de vida aos trabalhadores celetistas, uma vez que o vínculo empregatício assegura proteção jurídica e maior estabilidade, especialmente em situações de desligamento.

De acordo com Cacciamali (2000), a informalidade pode ser compreendida a partir de duas categorias principais: trabalhadores assalariados sem registro e trabalhadores por conta própria. Em termos gerais, o trabalho informal caracteriza-se pela ausência de vínculo formal entre empregador e empregado, o que implica a inexistência de direitos trabalhistas e previdenciários. Essa condição torna os trabalhadores mais vulneráveis, na medida em que os expõe a situações de precarização do trabalho, instabilidade e, em muitos casos, exploração do trabalho.

Além disso, a informalidade está frequentemente associada à instabilidade de renda, uma vez que muitos trabalhadores dependem de demandas esporádicas, como projetos ou prestações de serviços ocasionais. Essa irregularidade compromete o planejamento financeiro e dificulta o acesso à proteção social em momentos de necessidade, agravando ainda mais a vulnerabilidade desses indivíduos.

Para além dos impactos individuais, a informalidade também produz efeitos negativos no âmbito macroeconômico, dado que contribui para a redução da arrecadação tributária e previdenciária, em razão da ausência de recolhimento regular de impostos e contribuições sociais. Como consequência, há uma limitação na capacidade do Estado de financiar políticas públicas essenciais, o que compromete o desenvolvimento social e o bem-estar coletivo.

À vista disso, evidencia-se a importância da formalização tanto para os trabalhadores quanto para a economia e a sociedade como um todo. A formalização promove melhores condições de trabalho, assegura direitos e amplia a proteção social dos indivíduos. No plano econômico, ela contribui para o fortalecimento da economia por meio do aumento da arrecadação, bem como estimula o consumo e a produção, impulsionados pela maior estabilidade de renda dos trabalhadores.

2.2.1 Níveis de escolaridade e inserção no mercado de trabalho: Relação entre educação e oportunidades formais.

A educação desempenha um papel fundamental no desenvolvimento das capacidades individuais e sociais. Nesse sentido, conforme Rodrigues (2024, p. 165), “a educação é um dos meios mais importantes para melhorar as habilidades sociais pessoais”, uma vez que constitui um fator central tanto para o desenvolvimento de habilidades pessoais quanto profissionais, influenciando diretamente o crescimento econômico e social da região.

Nesse contexto, o grau de escolaridade influencia o acesso a oportunidades no mercado de trabalho, especialmente no que se refere à inserção em ocupações formais. De modo geral, quanto maior o grau de instrução, maiores são as chances de acesso a empregos com melhores condições de trabalho, maior estabilidade, remuneração mais elevada e acesso a direitos e benefícios trabalhistas.

Entretanto, a literatura aponta que a educação, isoladamente, não é suficiente para explicar a inserção no mercado de trabalho, não podendo ser responsabilizada de forma exclusiva por esse processo (BORGES, 2006). Além disso, é importante destacar que a

qualificação da mão de obra, embora relevante, não atua de forma estritamente determinística sobre a inserção ocupacional.

A escolha entre atuar no mercado formal ou informal pode também refletir decisões individuais, estratégias de sobrevivência ou mesmo oportunidades disponíveis em contextos específicos. Nesse sentido, a inserção no mercado de trabalho resulta de uma combinação entre fatores estruturais e escolhas individuais. A opção de mercado de trabalho, quer seja formal ou informal, trata-se de uma preferência do profissional que deseja atuar em uma empresa ou como trabalhador informal.

Por outro lado, indivíduos com baixos níveis de escolaridade tendem a enfrentar maiores dificuldades de acesso ao emprego formal. Em muitos casos, acabam se inserindo em atividades que exigem menor qualificação técnica ou menor nível de exigência burocrática, tendo que ocupar postos menos valorizados social e economicamente, frequentemente associados a atividades manuais e maior precariedade.

Em contrapartida, indivíduos com maior nível educacional têm mais chances de acessar posições que demandam maior qualificação técnica e intelectual, evidenciando a forte relação entre educação, estratificação ocupacional e desigualdade social. Nesse sentido, as disparidades de renda refletem as diferenças de capital humano entre os indivíduos (SALVATO; FERREIRA; DUARTE, 2010).

Apesar da reconhecida importância da educação para a inserção no mercado de trabalho, persistem diversas barreiras que dificultam o acesso a uma formação de qualidade. A desigualdade social compromete o acesso e a permanência no sistema educacional, afetando diretamente as oportunidades futuras dos indivíduos. Nesse contexto, a vulnerabilidade socioeconômica de grande parte da população brasileira interfere na precariedade da educação no país, contribuindo para a manutenção das desigualdades (GALVÃO *et al.*, 2022).

Portanto, esse cenário contribui para a reprodução de um ciclo de exclusão social, no qual a limitação educacional pode levar à inserção precoce em ocupações informais ou de baixa qualificação, que, por sua vez, restringem as possibilidades de mobilidade social.

Assim, torna-se evidente que a ampliação do acesso à educação de qualidade é um elemento fundamental não apenas para a melhoria das condições individuais de inserção no mercado de trabalho, mas também para a promoção de um desenvolvimento econômico mais inclusivo e socialmente equilibrado.

2.2.2 Impactos da escolaridade sobre a empregabilidade e os salários: evidências sobre o retorno educacional no mercado formal.

Dando continuidade à discussão, é importante destacar que o nível de escolaridade não influencia apenas a inserção do indivíduo no mercado de trabalho formal, mas também exerce impactos significativos sobre sua trajetória profissional, especialmente no que se refere à empregabilidade e aos níveis de remuneração ao longo da carreira. Diversos estudos evidenciam que, quanto maior o grau de instrução, maiores são as probabilidades de acesso a empregos mais estáveis, qualificados e melhor remunerados, reforçando o papel da educação como elemento central para a progressão e ascensão profissional.

Essa relação pode ser compreendida através da teoria do capital humano, desenvolvida por Becker (1964), segundo a qual a educação constitui um investimento capaz de elevar a produtividade do trabalhador e, conseqüentemente, seus rendimentos ao longo do tempo. Nessa perspectiva, indivíduos com maior nível educacional tendem a apresentar maior capacidade produtiva, o que se reflete em melhores salários e condições de trabalho (Becker, 1964).

Além disso, trabalhadores mais escolarizados tendem a apresentar menor exposição ao desemprego. Dados da PNAD Contínua, divulgados pelo IBGE (2025), indicam que indivíduos com ensino superior completo registram taxas de desemprego significativamente inferiores quando comparados àqueles com apenas ensino médio incompleto. Esses dados reforçam a relação direta entre escolaridade e maior segurança no mercado de trabalho.

Outro aspecto relevante diz respeito à permanência no emprego, uma vez que trabalhadores com maior nível de qualificação tendem a permanecer mais tempo nas organizações, dado que são considerados mais estratégicos e difíceis de substituir. Essa maior estabilidade decorre não apenas do domínio de competências técnicas específicas, mas também de habilidades cognitivas mais complexas, como pensamento analítico, capacidade de resolução de problemas e adaptabilidade.

Em contrapartida, indivíduos com baixa escolaridade, por possuírem menor qualificação formal, tendem a ocupar postos de trabalho mais vulneráveis e com maior rotatividade. Nessas situações, a substituição da mão de obra ocorre com maior facilidade, o que resulta em vínculos mais instáveis, maior frequência de desligamentos e maior exposição ao desemprego.

Dessa forma, observa-se que a escolaridade desempenha um papel decisivo não apenas no acesso ao emprego, mas também na qualidade da inserção ocupacional, influenciando diretamente a estabilidade, a remuneração e as perspectivas de desenvolvimento profissional ao longo do tempo.

2.3 Capital Humano

Conforme já mencionado, a educação desempenha um papel fundamental no desenvolvimento de uma sociedade, tanto no aspecto econômico quanto no social. Nesse sentido, sem a educação, as chances de alcançar tais avanços são extremamente limitadas. Por meio dos processos educacionais, também é possível notar transformações na vida cotidiana, pois permite que os indivíduos tenham a oportunidade de expandir seus conhecimentos através das oportunidades de ensino.

Segundo Viana e Lima (2010, p.146):

Há fortes evidências de que a educação é um meio de contribuição muito eficaz, no sentido de preparar trabalhadores para a estrutura de trabalho, melhorando seus conhecimentos e suas habilidades, a fim de gerar maiores lucros e retornos. No entanto, deve-se considerar, também, os múltiplos benefícios do capital humano tanto do ponto de vista empresarial quanto do trabalhador, uma vez que ele possibilita vantagens para ambos.

Portanto, uma das principais abordagens teóricas que contribuem para compreender a relação entre os impactos da educação no desenvolvimento da sociedade é a teoria do capital humano, cujo desenvolvimento é atribuído a Schultz (1961), considerado “o pai do capital humano”, e a Becker (1974), que posteriormente ampliou essa perspectiva.

A teoria do capital humano sustenta que os indivíduos não são apenas mão de obra disponível para o mercado, mas sim, pessoas que possuem capacidades intelectuais e habilidades que podem ser desenvolvidas e valorizadas por meio da educação. Segundo Becker (1974), a educação e a formação são os investimentos mais importantes quando se trata de capital humano. Dessa forma, evidencia-se que os meios educacionais são fundamentais para o desenvolvimento econômico, uma vez que ampliam conhecimentos e criam oportunidades que transformam não apenas a vida individual e social, mas também a econômica.

Além disso, faz-se necessário destacar que os investimentos feitos em capital humano também possuem um impacto direto na redução das desigualdades sociais. Assim, à medida que os indivíduos têm acesso a melhores oportunidades de qualificação, eles tendem a ocupar posições mais valorizadas no mercado de trabalho, e consequentemente, melhoram sua mobilidade social e sua situação econômica.

A educação, ao atuar como fator principal para a geração de capital humano, contribui para a qualificação da mão de obra, pois oferece aos indivíduos a oportunidade de melhorar

suas habilidades e conhecimentos. Essa qualificação tende a aumentar significativamente a produtividade, visto que a possibilidade de produzir mais com menor esforço ou custo tornam os indivíduos mais eficientes, adaptáveis e criativos.

Conforme Becker (1974), a expansão do conhecimento científico e técnico aumenta a produtividade da mão de obra e de outros insumos na produção. Essa produtividade destacada pelo autor, pode gerar uma série de benefícios que vão além do ambiente individual do trabalho. Indivíduos que possuem mais níveis de produtividade têm a possibilidade de gerar mais renda para si e para as organizações em que atuam, em razão da inovação e do uso da tecnologia que são proporcionadas pela educação.

Logo, uma população que possui elevada produtividade colabora diretamente para a geração de empregos mais qualificados, sendo capaz de aumentar a competitividade das empresas e, de forma indireta, contribuir significativamente para o crescimento do PIB e para a sustentabilidade econômica do país.

É importante destacar que o capital humano está constantemente em evolução, já que o mercado de trabalho é mutável. Esse capital se desenvolve ao longo da vida, logo a educação deve se fazer presente em todas as etapas de qualificação. Portanto, não basta que os indivíduos possuam apenas uma formação inicial, sendo necessário o desenvolvimento contínuo de competências para manter a força de trabalho atualizada, contribuindo de forma constante para o desenvolvimento econômico.

Por isso, é importante que o Estado atue de maneira direta na criação de políticas eficazes, focando em projetos que ampliem o acesso à educação para toda a população. Segundo Schultz (1961), as políticas públicas são essenciais para tornar a educação acessível, possibilitando que os trabalhadores tenham a oportunidade de desenvolver suas habilidades e competências, melhorando consequentemente sua produtividade e contribuindo para o desenvolvimento econômico.

À vista disso, percebe-se que a teoria do capital humano possui uma importante base teórica que busca analisar de que forma a educação afeta o desenvolvimento social e econômico. Essa perspectiva justifica a necessidade do governo em investir em políticas públicas que ampliem o acesso e a qualidade da educação, dado que o desenvolvimento desse capital humano irá ocasionar inúmeras consequências positivas para a sociedade e economia. Portanto, a educação, além de ser reconhecida como um direito fundamental do cidadão, deve também ser considerada como um investimento estratégico para o desenvolvimento econômico do país.

3 METODOLOGIA

3.1 Coleta e organização de dados

A pesquisa científica é um instrumento essencial para a produção do conhecimento científico, sendo possível compreender e explicar fenômenos sociais através dela. Segundo Gil (2002), a pesquisa surge da necessidade de buscar respostas para os problemas propostos, sendo desenvolvida através dos conhecimentos disponíveis e da utilização de métodos, técnicas e outros procedimentos. Nesse sentido, o presente estudo adotou procedimentos metodológicos que possibilitaram a análise sistêmica do problema investigado.

A presente pesquisa classifica-se como descritiva, pois ela consiste em avaliar a evolução dos empregos formais no Maciço de Baturité (2015 a 2025), tendo em vista a distribuição dos trabalhadores por nível de escolaridade. Além disso, pretende-se descobrir como os diversos níveis de escolaridade influenciam a vida dos trabalhadores dentro do mercado de trabalho formal. A abrangência dessa pesquisa é regional, sendo composta por toda a região do Maciço de Baturité, formado por 13 municípios, são eles: Baturité, Pacoti, Palmácia, Guaramiranga, Mulungu, Aratuba, Capistrano, Itapiúna, Aracoiaba, Acarape, Redenção, Barreira e Ocara.

No que se refere à abordagem do problema, optou-se pela abordagem qualitativa justificada pelo foco que ela tem de compreender de modo mais aprofundado o fenômeno estudado. Medeiros (2012) classifica a pesquisa qualitativa como uma abordagem que produz achados não provenientes de qualquer procedimento ou forma de quantificação. Dessa forma, a pesquisa qualitativa vai além do que os dados podem informar, pois ela levará em conta outros aspectos além dos números, como, por exemplo, os aspectos sociais e contextuais envolvidos.

Os dados foram obtidos pelas bases disponibilizadas pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) e pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN). O IPECE foi a principal fonte das informações relacionadas aos níveis de escolaridade e a quantidade de empregos formais da população dos municípios do Maciço de Baturité. Os dados foram coletados diretamente do site das instituições, através da extração das tabelas referentes aos indicadores de escolaridade e vínculos formais de trabalho, sendo posteriormente organizados e padronizados em planilhas eletrônicas.

Vale salientar que o processo de coleta, organização e análise dos dados foi realizado ao longo de aproximadamente um ano, abrangendo o período entre o segundo semestre de

2025 e o final do primeiro semestre de 2026. Após a etapa de coleta e sistematização, os dados foram submetidos a análises mais aprofundadas no decorrer do primeiro semestre de 2026.

Para a análise do desenvolvimento socioeconômico municipal, utilizou-se o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM), cujo objetivo é mensurar o desempenho dos municípios do Maciço de Baturité com base nos indicadores relacionados ao emprego e renda, educação e saúde. O índice é expresso através de uma escala que varia de 0 a 1, na qual 0 representa o nível mais crítico de desenvolvimento e 1 corresponde ao nível mais elevado que um município pode alcançar. (FIRJAN, 2025). Por meio desse índice é possível observar as possíveis relações entre o desenvolvimento socioeconômico, o mercado de trabalho formal e os níveis de escolarização. Para fins de análise, o IFDM classifica os municípios em 4 categorias de desenvolvimento, conforme tabela a seguir:

Quadro 1 – Classificação do Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM)

Desenvolvimento Crítico	Municípios com IFDM entre 0,0 e 0,4
Desenvolvimento Baixo	Municípios com IFDM entre 0,4 e 0,6
Desenvolvimento Moderado	Municípios com IFDM entre 0,6 e 0,8
Desenvolvimento Alto	Municípios com IFDM entre 0,8 e 1,0

Fonte: Adaptado pela autora com base na FIRJAN (2025)

A escolha destes dados deve-se ao fato de que o IPECE e a FIRJAN são instituições reconhecidas pela qualidade e confiabilidade dos indicadores socioeconômicos. Além disso, a disponibilização de séries históricas contínuas e atualizadas permite identificar variações e evoluções ao longo do tempo, como é o caso da análise da escolaridade e do emprego formal ao longo dos anos.

Vale destacar que as séries históricas utilizadas de cada instituição correspondem a períodos diferentes. A série histórica do IPECE abrange o período de 2015 a 2025, enquanto a do IFDM/FIRJAN compreende os anos de 2014 a 2023. Essa diferença ocorreu porque, no momento da análise dos dados, não estavam disponíveis séries históricas mais atualizadas da FIRJAN, sendo a série disponibilizada apenas até 2023. Por esse motivo, foi selecionado o período de 2014 a 2023 para a comparação entre os indicadores, de modo a manter a compatibilidade temporal entre os dados analisados.

Nesta pesquisa, foram consideradas duas variáveis principais: nível de escolaridade e emprego formal. A variável emprego formal refere-se ao número de pessoas que trabalham

com o registro legal de trabalho, não estando vinculada a uma profissão ou setor específico, sendo considerados todos os vínculos de trabalho formalizados pela legislação.

A variável nível de escolaridade diz respeito ao grau de instrução que os indivíduos do Maciço de Baturité possuem, sendo categorizada em 11 níveis. Inicialmente, têm-se os analfabetos, que são os indivíduos que não tiveram acesso a nenhum grau de educação escolar. Em seguida, apresenta-se a categoria ensino fundamental, subdividida em dois grupos — do 1º ao 5º ano e do 6º ao 9º ano —, sendo cada grupo classificado em completo e incompleto, totalizando quatro níveis distintos.

Posteriormente, inclui-se a categoria correspondente ao ensino médio, também subdividida em completo, para os indivíduos que concluíram toda essa etapa, e incompleto, para aqueles que a iniciaram, mas não a finalizaram. Em seguida, contempla-se o ensino superior completo e incompleto, sendo o completo referente aos indivíduos que finalizaram a graduação, e o incompleto para aqueles que iniciaram, mas não concluíram o ensino superior. Além disso, inclui-se o mestrado completo e o doutorado completo, correspondentes aos indivíduos que concluíram esses respectivos níveis de formação.

Quadro 2 – Classificação e codificação dos níveis de escolaridade utilizados na pesquisa

ANA	Analfabeto
EF1I	Ensino fundamental 1º ao 5º ano - Incompleto
EF1C	Ensino fundamental 1º ao 5º ano - Completo
EF2I	Ensino fundamental 6º ao 9º - Incompleto
EF2C	Ensino fundamental 6º ao 9º - Completo
EMI	Ensino médio - Incompleto
EMC	Ensino médio - Completo
ESI	Ensino superior - Incompleto
ESC	Ensino superior - Completo
MEC	Mestrado - Completo
DOC	Doutorado - Completo

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IPECE (2015–2025)

3.2 Área Geográfica do Estudo

Esse estudo teve como foco espacial o Maciço do Baturité, região formada por 13 municípios (FIGURA 1): Acarape, Aracoiaba, Aratuba, Barreira, Baturité, Capistrano, Guaramiranga, Itapiúna, Mulungu, Ocara, Pacoti, Palmácia e Redenção (SETUR, 2014).

Figura 1 – Mapa dos municípios que compõem o Maciço de Baturité, no estado do Ceará



Fonte: Ceará. Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG), 2017.

A escolha do Maciço de Baturité justifica-se pela necessidade de compreender as especificidades locais relacionadas à escolaridade da população e à ocupação de empregos formais. Destaca-se ainda que o estudo dessa região pode contribuir para a ampliação do

debate sobre desenvolvimento socioeconômico e desigualdades regionais, fornecendo subsídios para a criação de políticas públicas voltadas à melhoria dessas condições.

A seguir, a Tabela 1 apresenta as principais variáveis coletadas para o desenvolvimento da pesquisa, bem como sua relação com os objetivos específicos propostos no estudo. Entre as informações analisadas, destacam-se o número de empregos formais por município e por ano, os níveis de escolaridade dos trabalhadores formais e o perfil educacional desses trabalhadores ao longo do período analisado.

Tabela 1 – Variáveis da pesquisa e sua relação com os objetivos específicos do estudo

Especificação (Variáveis Coletadas)	Objetivos Específicos da Pesquisa
Número de empregos formais por município e por ano	I
Níveis de escolaridade dos trabalhadores formais	I / II
Perfil educacional dos trabalhadores formais ao longo dos anos	II
Relação entre o número de vagas de trabalho formal e o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM)	III

Fonte: Elaborado pela autora

Além disso, a Tabela 1 evidencia a relação entre a oferta de vagas de trabalho formal e o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM), indicador elaborado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. Dessa forma, a organização dessas variáveis permite estruturar a análise de dados de maneira coerente com os objetivos da pesquisa, contribuindo para compreender a dinâmica do emprego formal e suas possíveis relações com o nível de desenvolvimento municipal.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção, serão apresentados os principais resultados obtidos a partir da análise da relação entre o nível de escolaridade e a ocupação de empregos formais na região do Maciço de Baturité, no período de 2015 a 2025. A discussão foi organizada com base nos objetivos

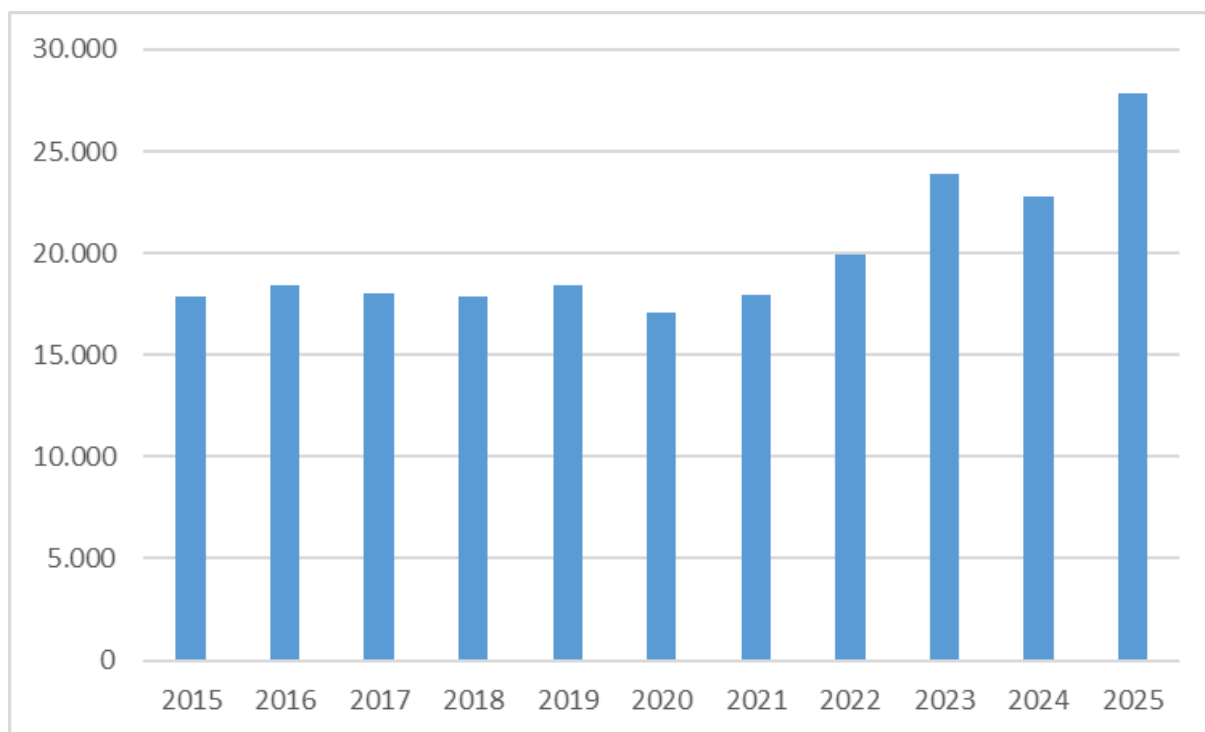
específicos previamente definidos, com o propósito de proporcionar uma compreensão clara e detalhada das transformações observadas no mercado de trabalho formal na região.

A análise contempla a evolução do emprego formal ao longo do período, considerando os diferentes níveis de escolaridade dos trabalhadores, bem como as mudanças no perfil educacional da força de trabalho, evidenciando possíveis tendências de valorização da escolaridade. Além disso, examina-se a relação entre o número de empregos formais e o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM), buscando identificar associações entre o nível de desenvolvimento socioeconômico e qualificação da mão de obra.

4.1 Análise da evolução de empregos formais na região do Maciço de Baturité

O primeiro objetivo específico deste estudo consiste em examinar como os empregos formais se distribuíram ao longo dos anos, com o objetivo de identificar possíveis padrões e explicações para as informações observadas. Esse estudo busca compreender não apenas o comportamento quantitativo, mas também identificar possíveis transformações estruturais no mercado de trabalho regional, permitindo avaliar sua evolução. Além disso, essa investigação possibilita observar como fatores econômicos e sociais podem ter impactado a dinâmica do mercado, evidenciando tendências de crescimento, estabilidade ou retração nos municípios que compõem a região estudada.

Gráfico 1 – Evolução dos empregos formais no Maciço de Baturité (2015-2025)



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do IPECE (2025)

Conforme ilustrado no Gráfico 1, observa-se a evolução do número de vínculos formais, sendo possível identificar o comportamento geral do emprego formal na região do Maciço de Baturité, considerando todos os níveis de escolaridade, ao longo do período estudado.

Inicialmente, verifica-se que a trajetória dos empregos formais apresentou relativa estabilidade nos primeiros 5 anos, indicando que o mercado de trabalho formal na região não sofreu grandes variações ou quedas durante esse período. Essa constância marcada ao longo dos primeiros anos pode indicar um baixo ritmo de crescimento do mercado, possivelmente associada à estrutura da econômica local, fortemente caracterizada pela predominância dos setores de comércio e serviços. Esses setores, por dependerem fortemente das demandas locais, podem sofrer limitações em sua capacidade de expansão, restringindo assim a criação de novos postos formais em larga escala.

Observa-se que, até 2019, o número de empregos formais se manteve constante, mantendo suas variações próximas da média do período. A primeira mudança significativa ocorreu em 2020, no momento em que houve uma redução na quantidade de empregos formais de aproximadamente 7,7% em relação a 2019. Esse movimento pode estar associado ao contexto da pandemia da COVID-19, que provocou impactos significativos sobre a atividade econômica e a dinâmica do mercado de trabalho.

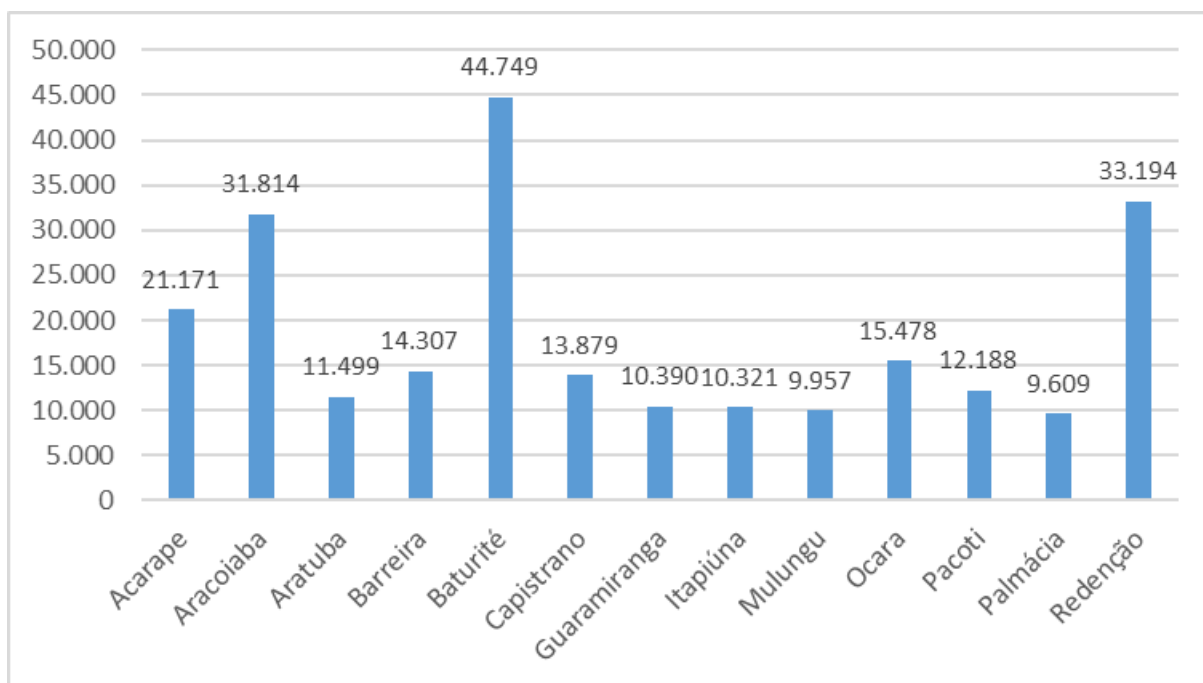
A retração observada em 2020 não é um fenômeno isolado da região, mas reflete um movimento mais amplo, a nível global, uma vez que a pandemia resultou na redução das atividades econômicas, no fechamento temporário de estabelecimentos e no aumento do desemprego, afetando diretamente a economia do mundo e consequentemente a geração de empregos formais.

No entanto, em 2022, é perceptível um aumento expressivo no número de empregos formais, com destaque para os anos de 2023 e 2025. Em 2023, o total de vínculos alcançou 23.872 empregos formais, representando um avanço significativo em relação aos anos anteriores. Entretanto, em 2024 houve uma pequena redução de aproximadamente 4,67%, mas sem comprometer a tendência de crescimento observada no período. Já em 2025, registrou-se a maior quantidade de vínculos de toda a série histórica analisada, totalizando 27.860 empregos formais.

De modo geral, os resultados evidenciam que o mercado de trabalho formal está crescendo gradualmente e isso pode estar relacionado à expansão das atividades produtivas locais e à possível recuperação do mercado de trabalho nos anos posteriores à pandemia. Esse crescimento observado nos anos finais da série também pode indicar um processo gradual de fortalecimento da formalização do trabalho na região, demonstrando uma possível ampliação das oportunidades de empregos formais e maior inserção dos trabalhadores no mercado regulamentado.

Apesar da tendência geral observada para o conjunto do Maciço de Baturité, é importante destacar que o comportamento dos empregos formais não ocorreu de maneira homogênea entre os municípios, havendo diferenças significativas na evolução dos vínculos formais ao longo do período analisado. Por isso, é igualmente importante compreender como esses empregos formais se distribuíram entre os municípios do Maciço de Baturité, possibilitando identificar possíveis desigualdades regionais, concentrações econômicas e diferenças do dinamismo do mercado de trabalho entre as localidades.

Gráfico 2 – Distribuição dos empregos formais por município no Maciço de Baturité (2015–2025)



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do IPECE (2025)

Ao analisar o gráfico, representado pelo conjunto dos municípios do Maciço de Baturité, percebe-se que ele apresenta algumas cidades que se destacaram de forma significativa em relação às demais. De modo geral, observa-se que Baturité, Redenção e Aracoiaba concentraram os maiores volumes de empregos formais ao longo do período analisado.

Baturité apresentou o maior número de vínculos formais entre os municípios da região, totalizando 44.749 empregos, sendo consolidado como o principal destaque dentre os municípios. Em seguida, destaca-se Redenção, com 33.194 empregos formais, representando uma diferença de aproximadamente 25% em relação à cidade de Baturité. Aracoiaba também se destacou, sendo um dos municípios que possuiu uma maior participação em comparação aos outros.

Essa maior concentração em Baturité pode estar relacionada ao fato de que o mesmo se configura como um importante polo econômico da região, apresentando maior diversidade produtiva e melhores condições estruturais em comparação a outros municípios do maciço. No caso de Redenção, esse desempenho pode estar associado, entre outros fatores, à presença de instituições e serviços, como por exemplo a UNILAB, que contribui para a dinamização econômica local. Logo, esse cenário favorece o crescimento do número de empresas, a

ampliação da oferta de empregos formais e fortalece a circulação de renda, impactando na economia do município.

Em contrapartida, municípios como Guaramiranga, Mulungu, Palmácia e Itapiúna apresentam menor participação no total de vínculos formais. Dentre eles, Palmácia se destaca por possuir o menor número de empregos formais, com 9.609 vínculos, seguida por Mulungu, que registra 9.957 empregos ao longo de todo o período analisado. Esses resultados podem estar associados a limitações nas oportunidades econômicas locais, possivelmente relacionadas a fatores estruturais, como restrições geográficas ou menor flexibilidade econômica.

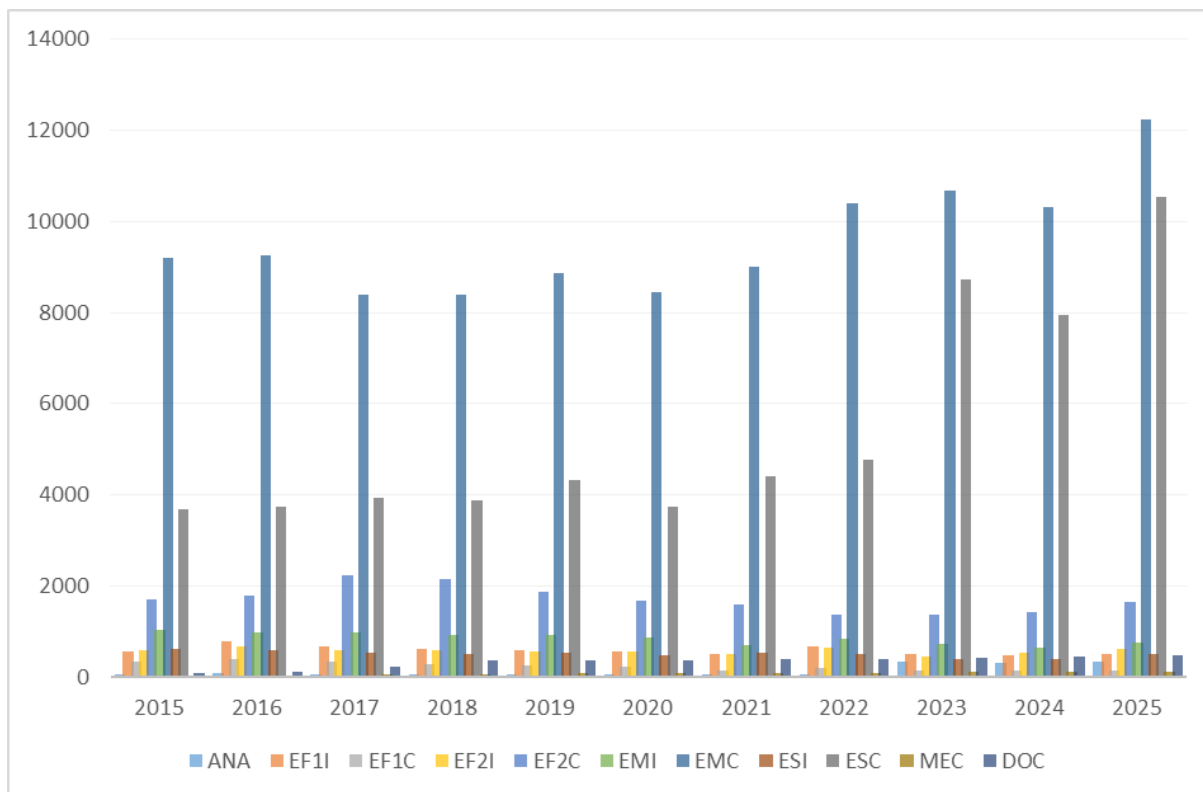
Portanto, essas disparidades observadas permitem evidenciar que o mercado de trabalho formal no Maciço de Baturité não se distribui de maneira homogênea entre os municípios, refletindo desigualdades estruturais que podem estar relacionadas à capacidade econômica, à diversificação produtiva e ao nível de desenvolvimento local. Municípios mais diversificados economicamente tendem a concentrar maiores oportunidades de emprego formal, enquanto localidades com menor desenvolvimento estrutural permanecem mais vulneráveis, com menor capacidade de expansão econômica e geração de empregos.

4.2 Análise da comparação das variações no perfil educacional dos trabalhadores formais

O segundo objetivo específico deste estudo consiste em examinar a forma como os postos de empregos formais se distribuíram entre os diferentes níveis educacionais, abrangendo desde os trabalhadores analfabetos até aqueles que possuem mestrado e doutorado. A partir dessa análise, busca-se identificar tendências e possíveis transformações no perfil educacional dos trabalhadores formais da região do Maciço de Baturité.

Dessa maneira, pretende-se compreender se houve valorização crescente de níveis mais elevados de escolaridade no mercado de trabalho formal, bem como observar possíveis reduções ou estagnações nos grupos com menor qualificação educacional, evidenciando mudanças estruturais relacionadas às exigências do mercado e ao acesso à educação.

Para entender essas mudanças no perfil educacional dos trabalhadores formais da região do Maciço de Baturité, apresenta-se inicialmente a evolução geral dos níveis de escolaridade, considerando o total de empregos formais e conjunto dos municípios estudados.

Gráfico 3 – Evolução do perfil educacional dos trabalhadores formais no Maciço de Baturité (2015-2025)

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do IPECE (2025)

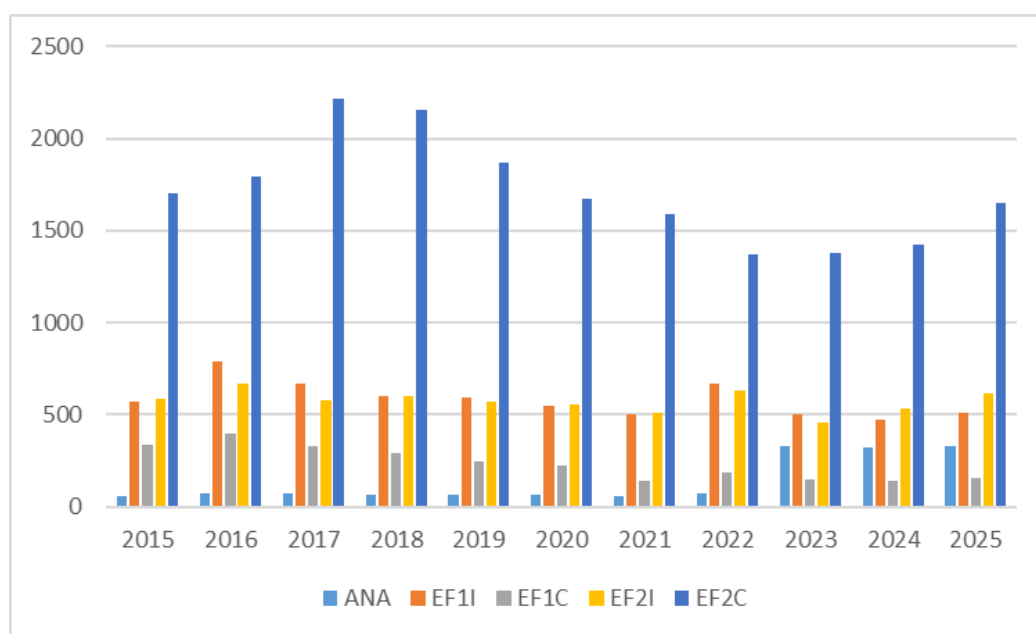
Conforme ilustrado no Gráfico 3, pode-se observar que, durante o período analisado, o nível de escolaridade que mais se destacou no mercado de trabalho formal da região foi o ensino médio completo, apresentando números significativamente superiores em relação aos demais níveis de escolaridade. Esse comportamento pode ocorrer devido às vagas ofertadas no mercado formal que exige, no mínimo, a conclusão do ensino médio, sem necessariamente demandar formação superior. Dessa maneira, trabalhadores que possuem apenas o ensino médio completo conseguem atender às exigências básicas de diversos setores econômicos e funções operacionais e administrativas.

Além disso, o ensino superior completo também apresentou destaque entre os vínculos de escolaridade analisados. Embora ele já possuísse uma participação relevante desde os primeiros anos da pesquisa, nota-se que ele apresentou um crescimento bastante expressivo nos últimos anos, isso pode decorrer da demanda, haja vista que trabalhadores com maior nível de escolaridade tornam-se mais atrativos para determinadas funções, especialmente aquelas que exigem conhecimentos técnicos, especializados ou maior capacidade de adaptação às demandas do mercado. Assim, os dados sugerem que, embora o ensino médio

completo permaneça predominante, há também um avanço gradual e expressivo da inserção de trabalhadores com níveis mais elevados de escolaridade no emprego formal do Maciço de Baturité.

Ademais, esse crescimento da participação de trabalhadores com ensino superior completo pode indicar uma tendência de maior valorização da qualificação profissional no mercado de trabalho formal da região. Nesse sentido, também se torna importante analisar o comportamento dos níveis de escolaridade inferiores ao ensino médio, a fim de compreender como esses trabalhadores se distribuíram ao longo do período e quais tendências podem ser observadas em sua participação no mercado de trabalho formal.

Gráfico 4 – Evolução dos trabalhadores formais com baixa escolaridade no Maciço de Baturité (2015-2025)



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do IPECE (2025)

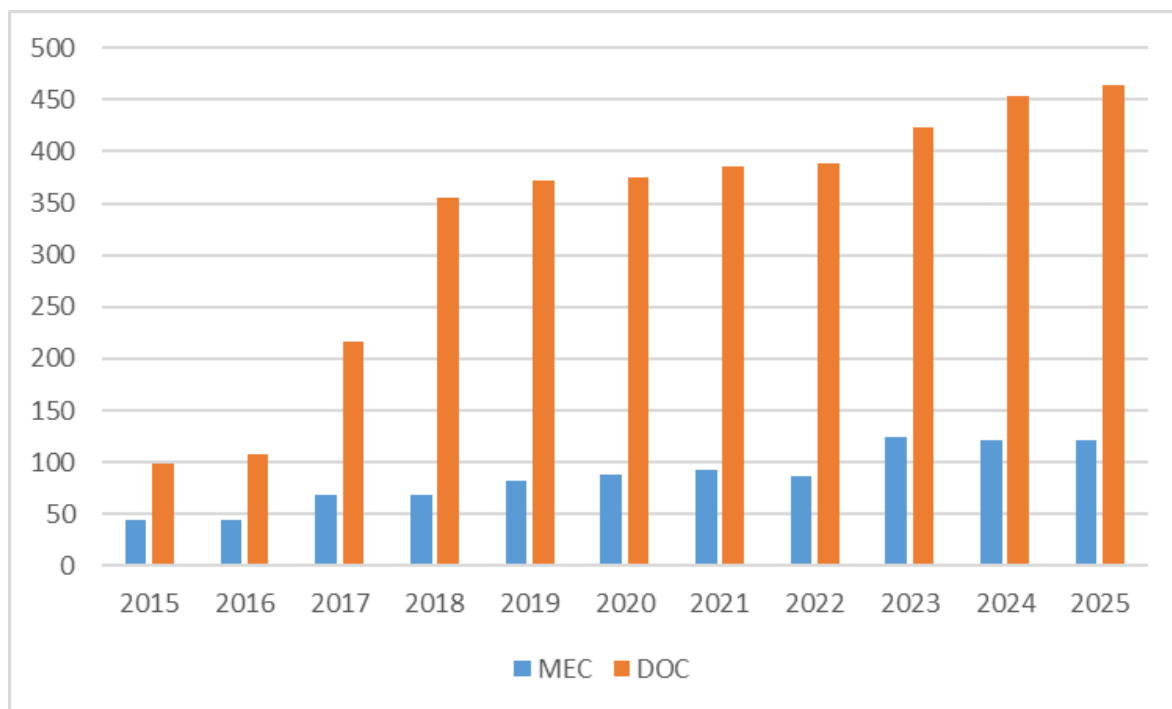
Ao analisar especificamente os níveis de escolaridade mais baixos, observa-se de modo geral, um comportamento de relativa estabilidade ao longo do período, com pequenas oscilações pontuais. Esse comportamento pode estar relacionado à permanência e à ampliação de vagas em ocupações formais de caráter mais operacional, que exigem menor nível de escolaridade e qualificação profissional.

No caso dos analfabetos, nota-se que ocorreram pequenas variações durante a série histórica. Entretanto, a partir de 2023, observa-se um crescimento mais expressivo na quantidade de vínculos formais desse grupo, tendência que se mantém até 2025. Ainda sim,

sua participação permanece significativamente inferior em comparação aos demais níveis de escolaridade, o que indica uma baixa inserção desse grupo no mercado de trabalho formal.

Além disso, apesar de pequenas oscilações, tanto o ensino fundamental I e II incompleto mantiveram relativa estabilidade durante o período analisado. Em relação ao primeiro destacado, é possível perceber que ele apresentou quantitativos superiores ao ensino fundamental I completo ao longo de toda a série histórica, sendo possível destacar uma redução gradual dos empregos formais do ensino fundamental I completo. Esse contexto pode indicar uma diminuição da participação desses trabalhadores no mercado formal, evidenciando possíveis dificuldades de inserção e permanência para indivíduos com baixos níveis de escolaridade. Além disso, esse cenário pode indicar uma crescente valorização de níveis educacionais mais elevados no mercado de trabalho formal da região.

Em contrapartida, o ensino fundamental II completo (6º ao 9º), apresentou crescimento mais expressivo nos anos finais do período, especialmente a partir de 2022. Embora esse nível represente apenas uma pequena parcela quando comparada ao ensino médio completo, o aumento desse nível, assim como os comportamentos anteriores desses outros níveis citados pode indicar uma possível elevação da escolaridade mínima exigida pelo mercado de trabalho, além de sugerir essa substituição gradual dos níveis mais baixos de escolaridade por trabalhadores com maiores níveis de instrução.

Gráfico 5 – Evolução dos trabalhos formais dos níveis de escolaridades mestrado e doutorado (2015-2025)

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do IPECE (2025)

Ao analisar os dois últimos níveis de escolaridade, pode-se perceber que ambos apresentaram um comportamento de crescimento ao longo do período. Enquanto o nível de mestrado demonstrou aumento mais moderado, mantendo, na maior parte dos anos, um crescimento gradual e relativamente constante, o doutorado apresentou crescimento mais acentuado e expressivo, especialmente a partir de 2018, evidenciando um aumento da participação de profissionais com maior qualificação acadêmica no mercado de trabalho formal da região, marcando o ano de 2025 como o ano que mais tiveram trabalhadores com esse nível de escolaridade.

No entanto, é de extrema importância destacar que apesar desse crescimento, os níveis de mestrado e doutorado ainda representam uma parcela reduzida quando comparados aos demais níveis de escolaridade analisados, principalmente em relação ao ensino médio completo e ao ensino superior completo, que permaneceram predominantes ao longo de todo o período estudado.

A diferença de crescimento entre esses níveis pode estar relacionada ao fato de que os níveis de mestrado e doutorado exigem maior qualificação acadêmica, maior tempo de

formação e acessos mais restritos quando comparados ao ensino superior completo. Além disso, o mercado de trabalho formal da região pode apresentar menor oferta de vagas destinadas a profissionais com esse nível de especialização, o que pode contribuir para que seu crescimento ocorra de maneira mais lenta em relação aos demais níveis de escolaridade.

Além disso, ao observar qual o nível de escolaridade predomina nos municípios destacados, percebe-se que o ensino médio completo predominou na maior parte das cidades ao longo do período analisado. Ou seja, em quase todas as cidades, o maior número de vínculos formais esteve concentrado nesse nível de escolaridade, inclusive naqueles com melhores níveis de desenvolvimento socioeconômico.

Esse comportamento demonstra que, apesar do avanço econômico observado em determinados municípios, o mercado de trabalho regional continua concentrado, majoritariamente em ocupações que exigem qualificação intermediária. Ademais, na maioria das cidades, o ensino superior aparece como o segundo nível escolar de maior predominância, sendo possível perceber uma redução significativa dessa diferença nos últimos anos, percebendo uma aproximação cada vez mais próxima entre esses dois níveis.

Portanto, é perceptível que ocorreram mudanças na distribuição dos perfis educacionais, sendo possível perceber uma possível valorização da qualificação profissional, através da redução de alguns níveis educacionais mais baixos para o crescimento de alguns níveis educacionais mais altos, transparecendo essa mudança no mercado de trabalho formal. Esse cenário pode refletir avanços no acesso à educação, maior conclusão do ensino médio e superior, além de indicar possíveis transformações nas exigências do mercado de trabalho, que passou a demandar trabalhadores com maiores níveis de instrução e qualificação profissional.

4.3 Análise da relação do trabalho formal e IFDM

O 3º objetivo específico deste estudo consiste em analisar os dados obtidos do índice FIRJAN, a fim de compreender os níveis de desenvolvimento socioeconômico dos municípios do Maciço de Baturité, buscando identificar possíveis associações entre desenvolvimento socioeconômico, escolarização e o número de empregos formais. Dessa forma, a análise do IFDM permite compreender como fatores socioeconômicos podem influenciar diretamente a distribuição dos empregos formais e o perfil educacional da população trabalhadora na região.

Tabela 2 – Ranking dos municípios do Maciço de Baturité segundo o IFDM Emprego e Renda (2014–2023)

Município	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Acarape	1	1	1	1	1	1	2	3	5	6
Aracoiaba	6	5	5	5	5	5	5	5	4	3
Aratuba	12	10	8	9	11	10	11	10	7	9
Barreira	8	6	7	7	9	8	9	9	8	8
Baturité	2	3	4	4	4	4	4	4	2	4
Capistrano	10	12	10	10	12	12	8	8	10	7
Guaramiranga	4	4	2	3	2	3	3	2	1	1
Itapiúna	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13
Mulungu	11	9	12	11	8	7	6	6	9	10
Ocara	5	11	11	12	10	11	12	11	12	12
Pacoti	7	7	6	8	6	6	7	7	6	5
Palmácia	9	8	9	6	7	9	10	12	11	11
Redenção	3	2	3	2	3	2	1	1	3	2

Legenda: Cinza = 1ª posição; Azul = posições intermediárias (6ª e 7ª); Vermelho = 13ª posição (último lugar).

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da FIRJAN (2025)

A tabela 2 foi elaborada com base nos dados do índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM), sendo utilizada para ranquear os municípios do Maciço de Baturité entre 2014 e 2023 conforme seu nível de desenvolvimento socioeconômico. Para essa análise, considerou-se o índice do IFDM, no qual quanto mais próximo de 1 estiver o município, maior será seu nível de desenvolvimento, enquanto valores mais distantes indicam menor desempenho. Portanto, o ranking apresenta a posição relativa de cada município em comparação aos demais, evidenciando sua variação no ranking de desenvolvimento ao longo dos anos analisados.

As principais variações e percepções observadas na análise dos dados demonstram que Acarape ocupou posição de destaque entre 2014 e 2019, mantendo-se na primeira posição de forma consecutiva por seis anos. Entretanto, a partir de 2020, o município passou a apresentar

queda gradual em sua colocação, indicando possível desaceleração relativa em seu desempenho econômico e social frente aos demais municípios.

Por outro lado, Guaramiranga apresentou crescimento expressivo ao longo da série histórica, consolidando-se como o município com melhor desempenho nos anos finais da série, alcançando a primeira colocação em 2022 e 2023. Esse avanço pode estar associado à ampliação de oportunidades econômicas e à melhoria das condições de emprego e renda, fatores que influenciam diretamente no IFDM.

Redenção também se destacou por manter desempenho elevado durante quase todo o período analisado, alternando entre as primeiras colocações e alcançando o 1º lugar em 2020 e 2021. Esse comportamento reforça sua relevância regional em termos de dinamismo econômico, possivelmente associado à concentração de instituições, serviços e maior oferta de empregos formais.

Baturité e Aracoiaba também apresentaram desempenhos relevantes. Baturité demonstrou relativa estabilidade ao longo dos anos, mantendo-se consistente entre as primeiras posições do ranking. Já Aracoiaba apresentou uma evolução gradual, passando da 6ª posição em 2014 para a 3ª posição em 2023, evidenciando melhora progressiva em seus indicadores de desenvolvimento.

Em contraposição, Itapiúna apresentou o menor desempenho durante todo o período, permanecendo na última posição durante os 9 anos, evidenciando baixo desempenho persistente comparado aos demais municípios do Maciço. Esse resultado pode refletir limitações estruturais, menor movimento econômico e reduzida capacidade de absorção de mão de obra formal qualificada.

À vista disso, observa-se uma possível associação entre os municípios que obtiveram melhores posições no IFDM e aqueles que apresentaram maior concentração de empregos formais ao longo do período analisado, com exceção do município de Guaramiranga. Essa exceção pode ser justificada através do entendimento que o desenvolvimento socioeconômico não depende apenas da quantidade absoluta de empregos formais, mas sim de um conjunto de fatores que podem estar contribuindo para o seu desempenho socioeconômico.

Portanto, a análise dos dados permite perceber uma possível relação entre o nível de desenvolvimento socioeconômico dos municípios e a quantidade de empregos formais registrados ao longo do período estudado. Observa-se que os municípios que apresentaram maiores quantitativos de vínculos formais também foram aqueles que ocuparam posições de destaque no ranking do IFDM Emprego e Renda durante a maior parte da série histórica.

Nesse contexto, Redenção se destacou como o município com maior número de empregos formais ao longo do período analisado, mantendo-se também entre as primeiras colocações do IFDM entre os municípios do Maciço de Baturité. Da mesma forma, Aracoiaba e Baturité, que também registraram elevados quantitativos de empregos formais, permanecem em posições intermediárias e superiores no ranking de desenvolvimento ao longo dos anos.

Esses resultados sugerem que municípios com melhores indicadores de desenvolvimento socioeconômico tendem a apresentar maior dinamismo no mercado de trabalho formal, possivelmente em razão de fatores como maior concentração de atividades econômicas, melhor infraestrutura, maior circulação de renda e ampliação das oportunidades de emprego. Além disso, municípios com melhores índices de desenvolvimento podem atrair mais investimentos e serviços, favorecendo a geração e manutenção de vínculos formais de trabalho. Dessa forma, os dados analisados indicam uma possível associação entre o desempenho no IFDM e a quantidade de empregos formais nos municípios do Maciço de Baturité.

4.4 Limitações do estudo e sugestões para pesquisas futuras

É importante salientar algumas limitações ocorridas ao longo da pesquisa, as quais podem ser relevantes para o desenvolvimento de estudos futuros. Pode-se destacar que a utilização de apenas duas variáveis — nível de escolaridade e ocupação de empregos formais — torna a pesquisa mais limitada, uma vez que existem outros fatores que podem influenciar o desenvolvimento socioeconômico e que não foram contemplados na análise.

Esses fatores como o crescimento populacional, a abertura de novos empreendimentos e os movimentos migratórios podem gerar impactos no mercado de trabalho, na geração de renda e no desenvolvimento socioeconômico dos municípios analisados. Outra característica importante é a análise do estudo de forma agregada, sem distinguir áreas urbanas e rurais, que podem apresentar diferenças significativas quanto à dinâmica econômica e social.

Também não foram consideradas possíveis mudanças na estrutura educacional dos municípios, como a abertura ou o fechamento de instituições de ensino ao longo do período analisado, bem como os possíveis impactos decorrentes da instalação da UNILAB na região. Dessa forma, pesquisas futuras podem incorporar essas variáveis e abordagens analíticas, possibilitando uma compreensão mais abrangente dos fatores que influenciam o desenvolvimento socioeconômico regional.

5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como principal objetivo geral analisar a relação entre os níveis de escolaridade e os empregos formais no Maciço de Baturité, buscando compreender como o perfil educacional dos trabalhadores se relaciona com a dinâmica do mercado de trabalho formal, além de observar os níveis de desenvolvimento socioeconômico da região.

Pode-se perceber que o objetivo geral da pesquisa foi atingido, uma vez que todos os três objetivos específicos foram alcançados. Em relação ao primeiro objetivo específico, observou-se a evolução dos empregos formais no Maciço de Baturité, considerando tanto os diferentes níveis de escolaridade quanto a distribuição dos empregos formais por município.

À vista disso, no primeiro objetivo foi possível identificar uma tendência de crescimento, principalmente nos anos mais recentes da pesquisa, evidenciando uma expansão do mercado de trabalho formal na região. Além disso, alguns municípios apresentaram maior predominância na concentração dos empregos formais, como Baturité, Aracoiaba e Redenção, o que demonstra não apenas a expansão dos empregos formais, mas também desigualdades entre os municípios quanto ao nível de evolução desses empregos.

No que se refere ao segundo objetivo específico, foi possível observar uma concentração significativa de trabalhadores com ensino médio, bem como um crescimento expressivo do ensino superior ao longo do período analisado, indicando possíveis mudanças no perfil educacional e uma maior valorização da qualificação profissional, sendo possível perceber, portanto, que o objetivo proposto foi atingido.

Esse cenário sugere que a expansão do mercado formal ocorreu simultaneamente a uma possível valorização da qualificação profissional, indicando uma tendência de aumento das exigências educacionais no mercado de trabalho regional, sem, entretanto, excluir completamente os trabalhadores de menor escolaridade.

Além disso, observa-se crescimento expressivo dos vínculos formais associados ao ensino superior completo nos anos finais da série histórica, indicando uma possível tendência de aproximação em relação ao ensino médio completo. Nesse sentido, recomenda-se a continuidade dessa análise em pesquisas futuras, a fim de verificar se o crescimento observado nos níveis superiores de escolaridade poderá, nos próximos anos, alterar de forma

mais significativa a distribuição dos perfis educacionais no mercado de trabalho formal da região.

Por fim, em relação ao terceiro objetivo específico, foi possível observar uma relação entre o emprego formal e o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM). A análise do IFDM permitiu observar que os municípios que apresentaram melhores níveis de desenvolvimento também apresentaram maior concentração de vínculos formais, como foi o caso de Redenção, Baturité e Aracoiaba.

Entretanto, essa associação não ocorre de forma homogênea em todos os municípios, como, por exemplo, em Guaramiranga, indicando que o desenvolvimento socioeconômico da região pode estar relacionado a outros fatores estruturais, econômicos e sociais que vão além da quantidade absoluta de empregos formais. Embora não seja possível determinar o grau exato desse impacto, as tendências observadas sugerem a existência de uma relação entre a expansão do emprego formal e o desenvolvimento socioeconômico dos municípios analisados, sendo possível perceber que o terceiro objetivo específico também foi atingido.

Em relação aos municípios que apresentaram menores níveis de desenvolvimento, é importante a realização de análises mais aprofundadas, a fim de compreender quais são os fatores que podem estar associados a esse cenário. Essa investigação poderá contribuir para confirmar as percepções levantadas ao longo desse estudo, como também identificar possíveis melhorias capazes de potencializar o desenvolvimento socioeconômico dessas localidades.

À vista disso, entende-se que esta pesquisa contribui para uma melhor compreensão do funcionamento do mercado de trabalho formal no Maciço de Baturité, permitindo reconhecer importantes transformações relacionadas ao nível de escolaridade e ao desenvolvimento socioeconômico da região. Além disso, esses resultados poderão auxiliar futuras pesquisas e reflexões sobre políticas voltadas à qualificação profissional, geração de empregos formais e desenvolvimento regional.

Logo, pode-se concluir que a educação tem um papel essencial na ampliação das oportunidades de inserção e permanência no mercado de trabalho formal, influenciando de forma direta no desenvolvimento socioeconômico regional. Os resultados desta pesquisa demonstram a importância do investimento em educação e qualificação profissional como instrumentos importantes para contribuir na redução das desigualdades sociais, fortalecendo os vínculos formais e promovendo o desenvolvimento regional no Maciço de Baturité.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 107, p. 405-419, jul./set. 2011. Disponível em: [SciELO PDF do artigo](#). Acesso em: 12 abril 2026.
- BECKER, Gary S. *Human Capital: A Theoretical and Empirical Analysis, with Special Reference to Education*. Chicago: University of Chicago Press, 1964.
- BORGES, Ângela. *Educação e mercado de trabalho: elementos para discutir o desemprego e a precarização dos trabalhadores escolarizados*. Gest. Ação, Salvador, v. 9, n. 1, p. 85-102, jan./abr. 2006.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *PNAD Contínua Trimestral: desocupação cai em 2 das 27 UFs no segundo trimestre de 2025*. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: [PNAD Contínua Trimestral – IBGE](#). Acesso em: 25 abril 2026.
- BRASIL. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Brasília, DF: Presidência da República, 2017.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Combate à informalidade*. Brasília, DF: Ministério do Trabalho e Emprego, 2024. Disponível em: [Combate à informalidade – MTE](#). Acesso em: 12 maio 2026.
- CACCIAMALI, Maria Cristina. *Globalização e processo de informalidade. Economia e Sociedade*, Campinas, n. 14, p. 153-174, jun. 2000.
- CASSULE, Francisca João. *Mercado de trabalho no Brasil: uma análise do período de 2011 a 2022*. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração Pública) – Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, CE, 2025.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CEARÁ. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE). *IPECE Data: Trabalho e rendimento*. Fortaleza: IPECE, [s.d.]. Disponível em: [IPECE Data](#). Acesso em: 13 maio 2026.
- CEARÁ. Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG). *Maciço de Baturité*. Fortaleza: SEPLAG, 2017. Disponível em: [Maciço de Baturité – SEPLAG](#). Acesso em: 25 março 2026.
- CEARÁ. Secretaria do Turismo do Estado do Ceará (SETUR). *Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS): Polo Maciço de Baturité – Tomo I*. Fortaleza: SETUR, 2011. Disponível em: [PDITS Maciço de Baturité – Tomo I](#). Acesso em: 25 março 2026.
- COSTA JÚNIOR, João Fernando. A importância da educação como ferramenta para enfrentar os desafios da sociedade da informação e do conhecimento. *Revista Convergências: estudos*

em *Humanidades Digitais*, v. 1, n. 1, p. 127-144, jan./abr. 2023.

DAMASCENO, Julia Oliveira; BATISTA, Carolina Pinheiro; OLIVEIRA, Ana Maria Caldeira. *A reforma trabalhista e suas implicações para a saúde do trabalhador*. Revista de Direito Sanitário, São Paulo, v. 21, e-0007, 2021. Disponível em: <http://doi.org/10.11606/issn.2316-9044.rdisan.2021.156343>. Acesso em: 12 abril 2026.

DELGADO, Maurício Godinho. *Curso de direito do trabalho*. 18. ed. São Paulo: LTr, 2019. FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FIRJAN). *Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM): anexo metodológico*. Rio de Janeiro: FIRJAN, 2025. Disponível em: [Anexo metodológico IFDM](#). Acesso em: 11 fevereiro 2026.

GALVÃO, Willana Nogueira Medeiros et al. *Vulnerabilidades sociais e educacionais associadas ao efeito território em escolas do Ceará*. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, v. 38, n. 1, 2022.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HOBBSAWM, Eric J. *A era das revoluções: 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [s.d.]. ITAÚ ASSET MANAGEMENT. *A evolução do mercado de trabalho no Brasil e os impactos da reforma trabalhista*. São Paulo: Itaú Asset Management, 2017. Disponível em: [PDF](#). Acesso em: 16 maio 2026.

MARTINS, Sergio Pinto. *Direito do trabalho*. 28. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MEDEIROS, Marcelo. *Pesquisas de abordagem qualitativa*. Revista Eletrônica de Enfermagem, Goiânia, v. 14, n. 2, p. 224-225, abr./jun. 2012. Disponível em: <http://www.fen.ufg.br/revista/v14/n2/v14n2a01.htm>. Acesso em: 12 abril 2026.

RODRIGUES, Maria Cristina Teiga. *A importância da educação para o desenvolvimento social*. In: SOUZA, Regina Maria de; PRADO, Ana Paula dos Santos (org.). *Abordagens multidisciplinares: a produção científica contemporânea em pauta*. Maringá: Uniedusul, 2024.

SALVATO, Marcio Antonio; FERREIRA, Pedro Cavalcanti Gomes; DUARTE, Angelo José Mont'Alverne. *O impacto da escolaridade sobre a distribuição de renda*. Estudos Econômicos, São Paulo, v. 40, n. 4, p. 753-791, out./dez. 2010.

SCHULTZ, Theodore W. *Investment in human capital*. *The American Economic Review*, Nashville, v. 51, n. 1, p. 1-17, mar. 1961.

SILVA, Alessandre da; NUNES, Alexandre dos Santos; OTTANI, Ana Paula. *Origem e evolução das relações de trabalho no Brasil*. [S.l.: s.n.], 2018.

TEIXEIRA, Mônica Abadia Rodrigues; PEREIRA, Saulo Gonçalves. *A importância da educação formal no contexto social*. s.d.

VIANA, Giomar; LIMA, Jandir Ferrera de. *Capital humano e crescimento econômico*. *Interações*, Campo Grande, v. 11, n. 2, p. 137-148, jul./dez. 2010.